

Substitutivo da Câmara dos Deputados  
ao Projeto de Lei nº 3.055-C de 1997  
do Senado Federal (PLS nº 55/1996 na  
Casa de origem), que "Altera o § 3º  
do art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de  
dezembro de 1993, que dispõe sobre a  
organização da Assistência Social e  
dá outras providências".

Dê-se ao projeto a seguinte redação:

Altera os arts. 20 e 22 da Lei nº  
8.742, de 7 de dezembro de 1993, que  
dispõe sobre a organização da  
Assistência Social, a fim de  
modificar os requisitos para a  
concessão do benefício de prestação  
continuada às pessoas com deficiência  
e aos idosos carentes e estender o  
direito aos portadores de doença  
crônica grave.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro  
de 1993, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 20. O benefício de prestação  
continuada é a garantia de pagamento do menor salário  
de benefício pago pela Previdência Social à pessoa  
com deficiência, ao idoso a partir de 65 (sessenta  
e cinco) anos e ao portador de doença crônica grave.

.....

§ 2º Para efeito de concessão do benefício  
de prestação continuada, a pessoa com deficiência é  
a aquela que sofre de limitação substancial em sua  
capacidade mental, física ou emocional que dificulta

a sua sobrevivência e impede o exercício de atividade profissional.

§ 3º Considera-se incapaz de prover a manutenção da pessoa com deficiência ou idosa a família cuja renda mensal *per capita* não seja superior ao menor salário de benefício pago pela Previdência Social.

§ 3º-A Para efeito do cálculo da renda familiar *per capita* referida no § 3º deste artigo, não será computado o benefício de prestação continuada, de que trata esta Lei, já concedido a outro membro da família.

§ 3º-B Para fins do disposto neste artigo, presume-se incapaz de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família o dependente do segurado especial da Previdência Social, definido no inciso VII do *caput* do art. 12 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, desde que não esteja em gozo de benefício previdenciário.

§ 3º-C Será elaborada pela autoridade federal competente a lista das doenças crônicas graves, para os fins do direito ao benefício de que trata esta Lei.

..... " (NR)

Art. 2º O *caput* do art. 22 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 22. Entendem-se por benefícios eventuais aqueles que visam ao pagamento de auxílio por natalidade ou morte às famílias cuja renda mensal

*per capita* não seja superior ao menor salário de benefício pago pela Previdência Social.

..... " (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS,        de        de 2018.

RODRIGO MAIA  
Presidente